



Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 66 29/08/2014

1. Nordeste: Utilização dos perímetros irrigados

No Semiárido nordestino, a maioria dos rios não são perenes, portanto não contam com vazão de água durante todo o ano; as grandes exceções são o São Francisco e o Parnaíba. Por conseguinte, sempre há necessidade de promover ações que acumulem água, com o intuito de passar pelo período de estiagem sem, contudo, ser acometido pela falta do produto. Para isso, os governos federal e estaduais investem em obras para acumulação de água em reservatórios e estabelecem normas disciplinando o uso nas várias finalidades. As reservas hídricas são feitas por meio de açudes e barragens, formando reservatórios que armazenam água durante o período das chuvas. Esses reservatórios são monitorados pelos governos federal e estaduais que, seguindo legislação específica, estabelecem o volume de água que será utilizado para consumo humano e para atividades produtivas, incluindo o destinado para agricultura irrigada. Esse último uso da água passa a não ser mais prioridade em casos de escassez, como tem acontecido atualmente, diante desta estiagem prolongada.

Nas últimas décadas, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs – intensificou suas ações construindo açudes e barragens que alimentam, além das necessidades das áreas urbanas, dezenas de perímetros irrigados em toda a região Nordeste, cuja extensão atinge centenas de milhares de hectares de área, onde se desenvolve uma atividade agrícola crescente, dedicada à produção principalmente de frutas, legumes, hortaliças e flores, além de pastagens para os rebanhos.

A agricultura irrigada contribui para aumentar a produção e a renda dos produtores rurais, devido à oferta de produtos com melhor qualidade e maior aceitação pelo consumidor. O produto irrigado assegura, ao longo de todos os meses do ano, o abastecimento do mercado regional, o de outras áreas do País e até o de outros países. A agricultura dos perímetros irrigados eleva o valor agregado da produção, aumenta a renda dos produtores e mantém a população no campo. Mas essa atividade está ameaçada, pois, diante de três anos consecutivos de estiagem, a água armazenada na região não é mais suficiente para suprir o consumo humano – que é prioritário – e manter o abastecimento de água dos perímetros produtivos irrigados. Importantes áreas irrigadas dos estados nordestinos, que reúnem milhares de hectares de plantações, estão sendo prejudicadas. Lavouras, como a do coqueiro que é uma cultura permanente e começam a produzir a partir do quinto ou sexto ano, não suportarão a falta de água e morrerão. O produtor terá de esperar muito tempo para o recomeço de sua atividade. A perda da plantação irá prejudicar os agricultores durante uma média de seis anos. Esses lavradores procuram, junto aos governos, alternativas para minimizarem a crise. Além dos produtores de coco, a maioria das atividades agropecuárias está com problemas similares.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

2. Gestão das águas da transposição do rio São Francisco – Reunião de Coordenação.

O Decreto Federal nº 5.995, de 2006, reformulado pelo Decreto nº 82.017, de 2014, instituiu o Conselho Gestor da Transposição do São Francisco. Este tem o objetivo de traçar diretrizes para o funcionamento do projeto e propor programas que induzam o uso racional e eficiente dos recursos hídricos disponibilizados pela transposição.

O Conselho é composto por representantes dos quatro estados receptores – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco – e por representantes dos Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente, de Minas e Energia, do Planejamento, da Fazenda e Casa Civil da Presidência da República, além do representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, bacia doadora.

No dia 15 de julho de 2014, teve lugar, no auditório da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), do Rio Grande do Norte, uma reunião entre o coordenador do *Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional* (PISF) e os representantes dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos Estados receptores das águas do Projeto.

Na ocasião, o representante do Ministério da Integração Nacional fez uma apresentação do Projeto, abordou o modelo de gestão e falou das atribuições dos membros no Conselho Gestor do PISF. O principal objetivo desse encontro foi escolher um membro que vai representar, no colegiado do Projeto, todos os Comitês das Bacias Hidrográficas receptoras das águas do São Francisco. Buscou-se uma estratégia para que todos os comitês pudessem se envolver na gestão dessas águas. Para titular, foi escolhido o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Salgado, no estado do Ceará, e para a suplência o Comitê do Rio Pajeú, no estado de Pernambuco.

O PISF tem como propósito promover a sustentabilidade ao desenvolvimento regional pela garantia de água em termos de quantidade e qualidade. Além do fortalecimento da gestão da água, visa à apropriação adequada dos recursos hídricos e à indução de programas de desenvolvimento local.

3. Principais Regiões Metropolitanas do Nordeste – Abastecimento de água.

A estação chuvosa de 2014 foi favorável para recuperar, em parte, a produção agrícola do Nordeste, mas não foi suficiente para repor as águas dos reservatórios, conseqüentemente a Região permaneceu com o abastecimento prejudicado. Apesar disso, os reservatórios de água das três maiores regiões metropolitanas das capitais, Salvador, Recife e Fortaleza estão com níveis que asseguram certa tranquilidade como se observa a seguir:

Região Metropolitana de Recife:

A previsão da Agência Pernambucana de Água e Clima – APAC –, com base nas precipitações pluviométricas ocorridas até o mês de maio, é de que, em 2014, o volume de

Esplanada dos Ministérios, Bloco D - 5º Andar - 70043-900 - Brasília / DF - Tel: (61) 3218-2553 - Fax: (61) 3225-4726



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

chuva nas bacias dos rios que abastecem a Região Metropolitana do Recife seja igual ou superior à média histórica, isso garantirá que os reservatórios poderão chegar abastecidos ao inverno de 2015.

A APAC informou que a barragem Pirapama, principal sistema da região, estava com quase 90% de sua capacidade e que os demais reservatórios acumularam, até maio passado, água suficiente para garantir o abastecimento até o próximo verão.

Tapacurá, uma das barragens mais importantes da Região Metropolitana de Recife, subiu o nível de sua capacidade para 63% em um ano; Sicupema passou para 100%; Duas Unas para 62,65% e Pirapama para 59,56%. Esses dados embasam as afirmações da APAC.

Região Metropolitana de Salvador:

O responsável pela Superintendência de Abastecimento de Água em Salvador e Região Metropolitana informou que a ampliação das estruturas de produção e distribuição de água na capital e em algumas cidades da região metropolitana e do recôncavo é resultado do trabalho que a Empresa Baiana de Águas e Saneamento, Embasa, desenvolveu, até 2014, para atender o aumento da demanda por água tratada, resultante da expansão populacional que vem ocorrendo nas cidades nos últimos anos.

Os investimentos da Embasa para melhorar a prestação do serviço de abastecimento de água em Salvador até 2014 são da ordem de R\$ 334 milhões. A ampliação da oferta na distribuição é uma das ações previstas já concluídas. A empresa realizou melhorias na captação da barragem de Pedra do Cavalo, substituiu e ampliou redes antigas em várias áreas da capital, isso assegurou o abastecimento da Região Metropolitana de Salvador.

Região Metropolitana de Fortaleza:

O açude Castanhão, com 2,4 bilhões de metros cúbicos de água acumulada, é garantia, até 2015, de abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza e do Porto de Pecém. Essas regiões ainda contam com uma grande reserva existente no açude de Orós. Portanto, caso o Castanhão seque, o açude de Orós já encontrar-se pronto para abastecer a região. Atualmente, ele está com cerca de 60% de sua capacidade. Além desses dois açudes, a Coordenação Geral de Recursos Hídricos do Ceará, Cogerh, conta com o fim das obras da transposição do Rio São Francisco em 2015, o que reforçará o abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza.

4. Nordeste: Qualidade da água para consumo humano.

Os órgãos públicos federal, estaduais e municipais responsáveis pelo suprimento de água na região Nordeste estão tendo, neste período de estiagem prolongada, trabalhos dobrados em suas tarefas para fazer o abastecimento das necessidades regionais, tanto em quantidade quanto em qualidade. Apesar de certo conforto hídrico existente em algumas capitais nordestinas, a maioria dos mananciais está com baixos níveis de suas capacidades e nestas condições há concentração de impurezas. Com isso, aumenta o



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

risco de contaminação e exige que a qualidade da água seja monitorada por laboratórios. Essa averiguação é feita por laboratórios regionais. Estes são responsáveis por aferir a qualidade da água dos reservatórios e das redes de distribuição. A quantidade e a frequência de análises estão regulamentadas pela Portaria nº 2.914, de 2011, do Ministério da Saúde. Para monitorar a qualidade da água há pontos estratégicos para colher a água bruta e realizar os testes. Alguns locais, tais como clínicas de hemodiálise, hospitais, asilos, creches, escolas e pontos de baixa pressão da água, são classificados como prioridade para amostragem e análise da água por serem estabelecimentos onde há grande circulação de pessoas. No caso de pontos de baixa pressão da água, a probabilidade de ocorrer concentração de impurezas é bem maior que em locais com pressão maior, portanto a coleta de amostras nesses locais dará um bom indício de como está a qualidade da água.

A Agência Nacional de Água, ANA, em parceria com os estados realizam cursos sobre a modernização do monitoramento dos mananciais, sobre as estações de tratamento e sobre rede de distribuição de água. Os cursos visam a manter e até aprimorar a qualidade do produto, em conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria 2.914.

O conteúdo dos cursos é focado na instalação e manutenção de estações hidrológicas automáticas. Ao término das aulas, os técnicos estarão capacitados e poderão modernizar a rede atual de acompanhamento dos açudes, melhorando assim a eficiência e a credibilidade das informações a serem geridas nos Estados, com intuito de atingir e manter a potabilidade da água.